



**ACÓRDÃO Nº650/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11479/2017.**

**Apensos:** Processo nº 12502/2017.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL

**4- Exercício:** 2016

**5- Responsável:** Fabricio Silva Lima (Ordenador de Despesa), Ruth Lilian Rodrigues da Silva (Ordenador de Despesa), Antonio Eduardo Ditzel (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICAD

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 978/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer – SEJEL. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Alcance. null. null. Multa. Quitação. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. **Antonio Eduardo Ditzel**, responsável pela Secretaria de Estado de Juventude Esporte e Lazer - SEJEL, **período de 01/01/2016 a 01/02/2016**, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996.
- 10.2. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Sra. **Ruth Lilian Rodrigues da Silva**, **período de 01/01/2016 a 15/02/2016**, Ex-Ordenadora de Despesas da Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996.
- 10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Fabricio Silva Lima**, responsável pela Secretaria de Estado de Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL, **período de 16/02/2016 a 31/12/2016**, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” e art. 25 da Lei nº 2.423/96.



**ACÓRDÃO Nº650/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Fabricio Silva Lima** no valor de **R\$ 2.529.468,96** (dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), nos termos art. 22, §2º, "a" da Lei nº 2.423/96 e art. 304, I, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em virtude de: pagamento de juros e multas, no valor de R\$ 2.784,76, ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, incidentes sobre a Folha Pagamento de junho/2016, conforme restrição disposta no item 19.25 da Fundamentação; pagamento no valor de R\$ 2.009.301,24, à empresa Erick dos Santos Amorim EPP, referente à indenização não justificada, que teve como objeto Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, conforme restrições dispostas nos itens 19.17, 19.18 e 19.19 da Fundamentação; pagamento no valor de R\$ 517.382,96, à empresa C S Construção e Conservação e Serviço LTDA, referente à indenização não justificada, que teve como objeto Serviço de Agente de Portaria, conforme restrição disposta no item 19.20 da Fundamentação, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).
- 10.5. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** de acordo com o art. 22, §2º, "b" da Lei nº 2.423/96, a **empresa Erick dos Santos Amorim - EPP** pelo recebimento do valor de **R\$ 2.009.301,24** (dois milhões, nove mil, trezentos e um reais e vinte e quatro centavos) referente à indenização não justificada, que teve como objeto Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, conforme restrições dispostas nos itens 19.17, 19.18 e 19.19 da Fundamentação, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).
- 10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** de acordo com o art. 22, §2º, "b" da Lei nº 2.423/96, a **empresa C.S. Construção, Conservação e Serviços Ltda.**, pelo recebimento do valor de **R\$**



**ACÓRDÃO Nº650/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**517.382,96** (quinhentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos) referente à indenização não justificada, que teve como objeto Serviço de Agente de Portaria, conforme restrição disposta no item 19.20 da Fundamentação, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", com a devida comprovação perante esta Corte de Contas (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96) e com as devidas atualizações monetárias (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Fabricio Silva Lima** no valor de **R\$ 20.481,60**, nos termos do art. 54, I, "a" da Lei 2.423/1996 c/c art. 308, I, "a" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, conforme a restrição disposta no item 19.2 da Fundamentação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Fabricio Silva Lima** no valor de **R\$ 15.000,00**, nos termos do art. 54, V, da Lei 2.423/1996 c/c o art. 308, V da Resolução TCE/AM nº 04/2002, conforme as restrições dispostas nos itens 19.17, 19.18, 19.19, 19.20 e 19.25, da Fundamentação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Aplicar Multa ao Sr. Fabricio Silva Lima** no valor de **R\$ 25.000,00**, nos termos do art. 54, VI, da Lei 2.423/1996 c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002, conforme as restrições dispostas nos itens 19.3 19.4,



**ACÓRDÃO Nº650/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

19.5, 19.6, 19.7, 19.9, 19.10, 19.11, 19.12, 19.13, 19.14, 19.15, 19.16, 19.17, 19.18, 19.19, 19.20, 19.22, 19.23, 19.24 e 19.25 da Fundamentação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.10 Dar quitação** ao Sr. Antonio Eduardo Ditzel e Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

**10.11 Determinar** o encaminhamento dos autos (cópia) ao Ministério Público Estadual, de acordo com o artigo 22, §3º, da Lei 2423/1996, para a eventual apuração de matérias afeitas ao rol de atribuições daquele órgão ministerial.

**10.12 Determinar à SEJEL:**

**10.12.1** – Que instaure Tomada de Contas Especial, sob pena de responsabilização solidária, na forma disposta no art. 43 da Resolução nº 12/2012-TCE/AM, dos Contratos de Gestão nºs 01, 02 e 03 do ano de 2015, e Contrato de Gestão nº 01/2016 firmados entre a SEJEL e Agência Amazonense de Desenvolvimento Sustentável - AADES, adotando as medidas necessárias de acordo com a resolução citada.

**10.12.2** – Que adote providências para o processamento e adimplemento dos restos a pagar, em cumprimento ao art. 37 c/c art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

**10.12.3** – Que adote as providências previstas no Decreto nº 16.396/94, haja vista a ausência de prestação de contas dos adiantamentos concedidos a servidores.

**10.12.4** - Recomendar à SEJEL, que aperfeiçoe a sua gestão capacitando alguns de seus servidores à realização de um controle interno próprio.



**ACÓRDÃO Nº650/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.13 Notificar** o Sr. Fabricio Silva Lima, o Sr. Antônio Eduardo Ditzel, a Sra. Ruth Lilian Rodrigues da Silva e as empresas Erick dos Santos Amorim - EEP e C.S.Construção, Conservação e Serviços Ltda, para que tomem ciência do decisório.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 1 de Julho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral